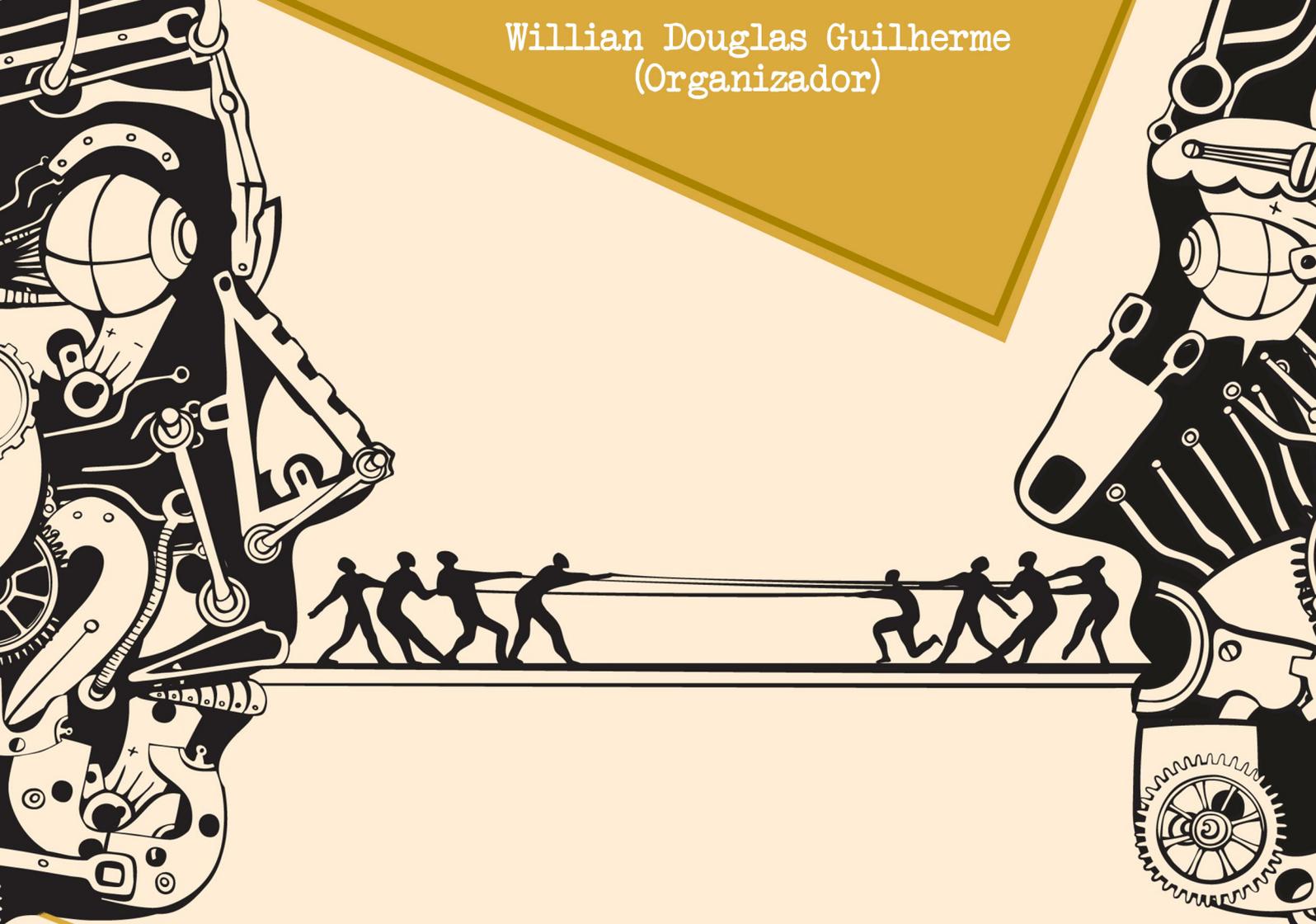


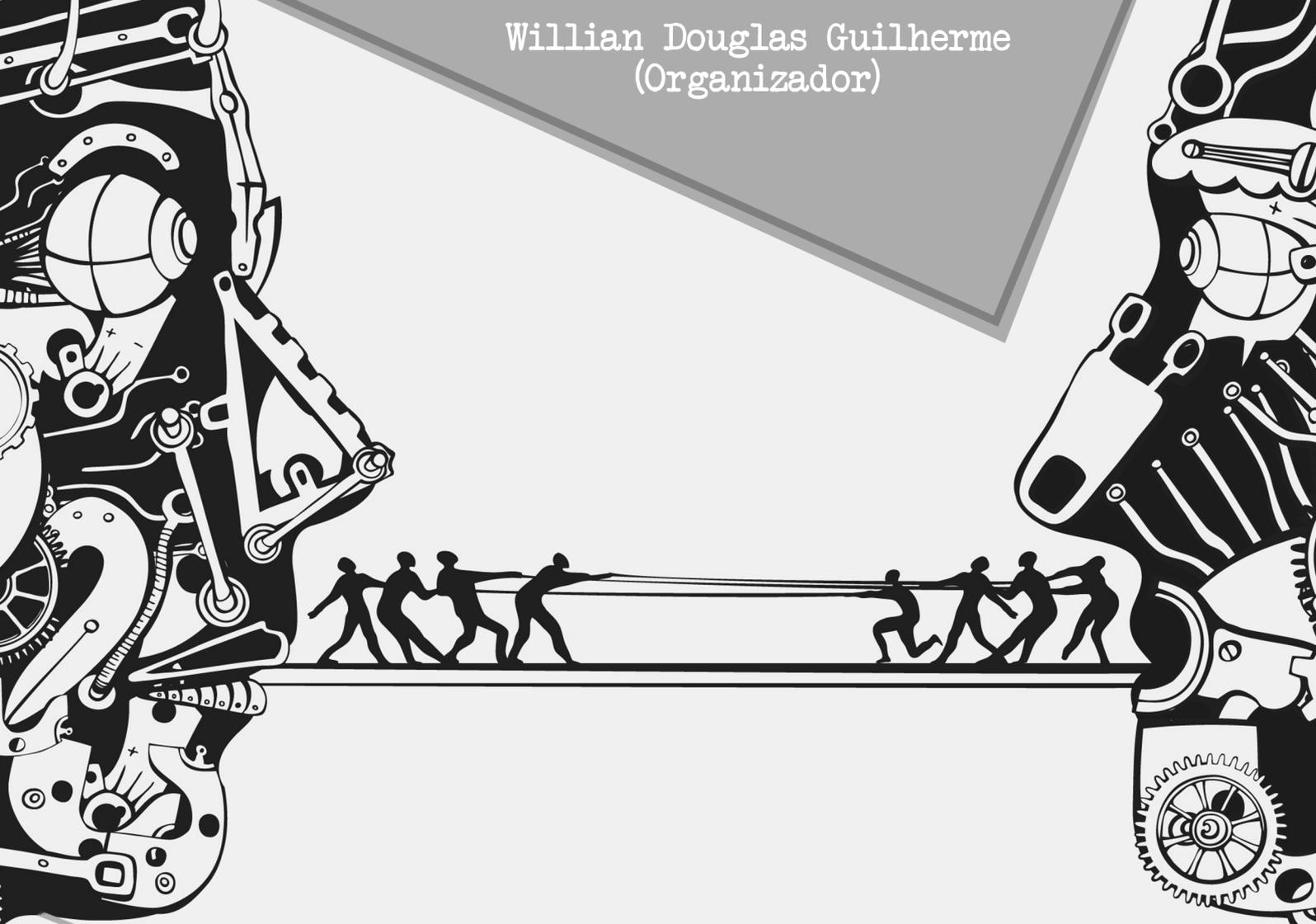
Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Filosofia: Aprender e Ensinar

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Filosofia: Aprender e Ensinar

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F488	Filosofia [recurso eletrônico] : aprender e ensinar / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-683-6 DOI 10.22533/at.ed.836190710 1. Filosofia. 2. Fenomenologia. 3. Indústria cultural. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 142.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Filosofia: Aprender e Ensinar” reúne 13 artigos de pesquisadores de diversos estados brasileiros. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da filosofia aplicada a educação.

Deste modo, a obra traz um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade na filosofia, ensino de filosofia, filosofia e a educação infantil, práticas inclusivas, fenomenologia e indústria cultural.

Vale a penas visitar o índice e percorrer os 13 artigos que nos convidam a um debate crítico e saudável na prática da filosofia e/em/na educação.

Entregamos ao leitor a obra “Filosofia: Aprender e Ensinar” na intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar, por meio do conhecimento e prática filosófica, com a construção de uma educação cada vez melhor.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DISPOSITIVO DO APRISIONAMENTO E O DISPOSITIVO DA INFÂNCIA	
Danyelen Pereira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8361907101	
CAPÍTULO 2	11
A INTERDISCIPLINARIDADE NA FILOSOFIA: COMO TRABALHAR A CIÊNCIA DA ASTRONOMIA COM A FILOSOFIA PARA AUXILIAR NA REFLEXÃO SOBRE O EU	
Carlos Alexandre do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.8361907102	
CAPÍTULO 3	22
O ENSINO DE FILOSOFIA E O DES-COBRIMENTO DO OUTRO	
Gregory Rial	
DOI 10.22533/at.ed.8361907103	
CAPÍTULO 4	34
FILOSOFIA COM CRIANÇAS? AS ERRÂNCIAS DE UMA DISCIPLINA EXPERIÊNCIA	
Ana Paula da Rocha Silvares	
Edeny Gomes Furini	
Jair Miranda de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.8361907104	
CAPÍTULO 5	47
“FILOSOFIA COM CRIANÇAS”: POTENCIALIZANDO CURRÍCULOS E COTIDIANOS NAS ESCOLAS	
Cristiane Fatima Silveira	
Giovana Scareli	
DOI 10.22533/at.ed.8361907105	
CAPÍTULO 6	63
COM AS CRIANÇAS, O DELÍRIO DO VERBO: TECENDO DIÁLOGOS E POESIAS	
Ana Isabel Ferreira Magalhães	
Cristiana Callai de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8361907106	
CAPÍTULO 7	77
(DES)VELANDO E (RE)SIGNIFICANDO DE SENTIDOS PARA UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA ATRAVÉS DA BRINQUEDOTECA HOSPITALAR	
Ana Karyne Loureiro Furley	
Hiran Pinel	
Vera Lúcia de Oliveira	
Vitor Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.8361907107	
CAPÍTULO 8	88
ATELIÊ DE ESCRILEITURAS CONATUS	
Josimara Wikboldt Schwantz	
Carla Gonçalves Rodrigues	
Ana Paula Freitas Margarites	

DOI 10.22533/at.ed.8361907108

CAPÍTULO 9	97
FAVELA E ONG – PRÁTICAS PARA ALÉM DO MEDO E DA ESPERANÇA	
Renata Tavares da Silva Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.8361907109	
CAPÍTULO 10	110
A SUBJETIVIDADE COMANDADA E A JUSTIÇA INSTITUÍDA	
Márcia Bárbara Portella Belian	
DOI 10.22533/at.ed.83619071010	
CAPÍTULO 11	122
DEUS, JUSTIÇA E A LINGUAGEM DO AMOR ÉTICO EM EMMANUEL LÉVINAS E HERCULANO PIRES	
Rogério Luís da Rocha Seixas	
Edson Santos Pio Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.83619071011	
CAPÍTULO 12	132
FENOMENOLOGIA DO ROSTO EM EMMANUEL LEVINAS	
Abimael Francisco do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.83619071012	
CAPÍTULO 13	143
NOTAS PARA PENSAR A INDÚSTRIA CULTURAL NA ERA DIGITAL	
Deborah Christina Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.83619071013	
SOBRE O ORGANIZADOR	154
ÍNDICE REMISSIVO	155

DISPOSITIVO DO APRISIONAMENTO E O DISPOSITIVO DA INFÂNCIA

Danyelen Pereira Lima

Faculdade de Educação Unicamp

Campinas – São Paulo

danyelen.lima@gmail.com

RESUMO: O movimento higienista no início do século XX desenvolveu diversos discursos e práticas, construindo assim um modelo de família e de ser criança baseado no modelo burguês europeu. As famílias trabalhadoras foram consideradas incapazes de criar seus filhos e as crianças foram classificadas como moralmente e fisicamente abandonadas, esse contexto estimulou intervenção assistencialistas nas famílias pobres e também a institucionalização das crianças que eram consideradas menores e “anormais”. Considero que o conceito de menor, por estar relacionado a criminalidade a anormalidade, está ligado ao dispositivo do aprisionamento e o conceito de criança está ligado ao dispositivo da infância. Nosso objetivo é discutir qual é a relação dos conceitos de menor e de criança com os dispositivos do aprisionamento e o da infância. Inicialmente o texto irá apresentar, brevemente, como que ocorreu a construção social do conceito de menor no início do século XX, relacionado com um contexto de criminalização das classes mais baixas e, influenciado pelos discursos médicos-higienistas. Essa pesquisa

se caracteriza como bibliográfica qualitativa, com aspirações no método genealógico desenvolvido por Foucault. Como referencial teórico utilizei autores da Sociologia da Infância para discutir a construção do conceito de criança e da infância como Sarmiento e Marchi (2008) e também referencial da história da criança como Ariès (1981), Faleiros (1993), Rizzini e Pilotti (2009), e autores brasileiros que discutem o movimento higienista como Gondra (2000, 2015), para discutir o conceito de dispositivo utilizo Deleuze (1996), Foucault (2009) e Moruzzi (2017).

PALAVRAS-CHAVE: Infância; menor; criança.

DEVICE OF IMPRISONMENT AND DEVICE OF CHILDHOOD

Abstract: This work aims to discuss what the relationship of the concepts of smaller and child with the devices of imprisonment and childhood. Initially the paper will briefly show how the social construction of the concept of a smaller occurred in the early twentieth century, related to a context of criminalization of the lower classes and influenced by medical-hygienist discourses. This research is characterized as a qualitative bibliography, with aspirations in the genealogical method developed by Foucault. As a theoretical reference, I used authors of the Sociology of Childhood to discuss the construction of the

concept of children and childhood as Sarmiento and Marchi (2008) and also referential of the history of the child as Ariès (1981), Faleiros (1993), Rizzini and Pilotti (2009), and Brazilian authors who discuss the hygienist movement like Gondra (2000, 2015), to discuss the concept of device I used Deleuze (1996), Foucault (2009) and Moruzzi (2017). The hygienist movement in the early twentieth century developed several discourses and practices, thus building a model of family and child being based on the European bourgeois model. Working families were considered incapable of raising their children and children were classified as morally and physically abandoned, this context stimulated assistance intervention in poor families and also the institutionalization of children who were considered smaller and “abnormal”. I believe that the concept of juvenile, because crime is related to abnormality, is linked to the device of imprisonment and the concept of child is linked to the device of childhood.

KEYWORDS: Childhood; smaller; child.

INTRODUÇÃO

Quando estudamos o código de Menor de 1924, nos deparamos com os conceitos de menor e o de criança, que a princípio nos parece semelhantes, entretanto ao se aprofundar nas leituras e nos discursos, percebemos que são conceitos opostos. O menor representaria as crianças abandonadas, as que vivem na rua as que estão fora da norma, já o conceito de criança era utilizado para os filhos dos ricos, da elite brasileira, seria as crianças que tinham educação, saúde, acesso ao modelo de infância considerado ideal. Moruzzi (2017), a partir dos trabalhos de Foucault, considera a infância como um dispositivo que opera na nossa sociedade, e que passou a se desenvolver no início do século XX. Considerando o trabalho desenvolvido por essa autora e com as leituras feitas sobre o menor levantamos o seguinte questionamento: se o conceito de crianças se liga ao dispositivo de infância o conceito de menor estaria ligado ao dispositivo do aprisionamento?

A seguir iremos abordar, rapidamente a construção dos conceitos de menor e de crianças a partir do movimento higienista, e posteriormente iremos aprofundar o conceito de dispositivo e apresentar as reflexões finais.

DISPOSITIVO DO APRISIONAMENTO E DA INFÂNCIA.

Ariès (1981) realizou uma pesquisa histórica e formulou a teoria de que o sentimento da infância é uma construção histórica. Pesquisando representações artísticas e trechos de textos sobre a criança e a família, esse autor chegou à conclusão de que, na sociedade europeia, as crianças até o século XVII eram vistas como mine adultos, usavam as mesmas roupas, circulavam nos mesmo espaços, não se tinha uma diferença entre os papéis e funções sociais que cada grupo desempenhava. A partir do século XVII começou uma prática de paparicar as crianças, aos poucos surge uma diferenciação entre criança e adultos inicialmente pelas roupas, depois pelos

espaços ocupados e por último se tem uma criação de papéis sociais. Ariès (1981) salienta que essa diferenciação entre crianças e adultos demorou para ocorrer nas classes baixas, pois por longo tempo essas crianças ainda trabalhavam, circulavam os espaços públicos e não tinham direitos.

E atualmente, segundo Sarmiento e Marchi (2008), através das normativas que garante os direitos e reconhece um ideal de criança, ser criança é desempenhar um duplo ofício, o de criança e o de aluno, é estar vinculado a uma família e à uma instituição educativa dentro de um padrão. Segundo esses autores todas as crianças que fogem desse padrão, que estão na rua, fora da família, fora de uma educação, da norma, do padrão, não são consideradas crianças, eles definiram como não-crianças.

No início do século XX o Brasil passava por mudanças no sistema político e também nas relações sociais de trabalho, pois no final do século XIX tivemos a abolição dos escravos e também a proclamação da república. A elite brasileira juntamente com o governo tinham o ideal de se construir uma sociedade civilizada inspirada nos países Europeus, contudo não estavam dispostos a abrir mão dos seus privilégios e conceder os direitos a população. A desigualdade social, e as condições de vida dos ex-escravos, não foram questionadas, não teve um projeto de governo para desenvolver uma cidadania a todos os brasileiros. (RAGO, 1985)

Nessa época também houve um crescimento urbano, famílias se mudaram para os grandes centros a procura de trabalho e meios de sobrevivência. As crianças passaram a ocupar as ruas como um espaço lúdico para brincarem, também para o trabalho com o objetivo de complementar a renda das famílias, esses trabalhos eram feitos na informalidade e muitas vezes essas crianças praticavam pequenos furtos, esse cenário começou a incomodar as famílias nobres, que tinham medo da população mais pobre, e começaram a criminalizar essas crianças, as classificando como menores. (SANTOS, 2004). É dentro desse contexto de criminalização das crianças de rua e o medo que essas pobres se tornassem futuros delinquentes que o Código de Menores de 1927 foi elaborado, esse documento começou a ser discutido em 1906 por juristas e médicos-higienistas, o Código Mello Matos, como ficou conhecido o documento em questão, é extenso, com um caráter assistencialista, formalizando prática de institucionalização dos menores em instituições de correção e educacionais. É através desse código que o termo menor é difundido, sendo amplamente utilizado no jurídico e também nos discursos populares. Mello Matos foi o primeiro Juiz de Menor, nomeado em 1924, e é ele que aprova o código, por esse motivo o documento leva o nome desse juiz. (FALEIROS, 1993; RIZZINI, PILOTTI, 2009)

No início do século XX se tem a construção do conceito menor e também uma diferenciação entre criança, menor, e criança moralmente e fisicamente abandonadas. O primeiro conceito estaria relacionado a filhos da elite, que são educados nas escolas e nas famílias, o segundo termo se relaciona as crianças que vivem nas

ruas e praticavam pequenos delitos, já o terceiro termo seriam os filhos das classes trabalhadoras e pobres que eram considerados em perigo de se tornarem menores.

Donzelot (2001) no seu livro *A polícia das famílias* irá descrever como que o movimento médico-higienista na sociedade francesa no fim do século XIX e início do século XX entrou dentro das famílias, através das crianças, modificando as relações sociais e educacionais, construindo assim um discurso sobre ser criança, sobre a educação e como que as famílias deviam se comportar dentro de um padrão.

Os higienistas afirmavam que a higiene era uma ciência médica e seria a solução para organizar a sociedade, o modelo da família burguesa foi eleito como um padrão a ser seguido; o pai responsável pela manutenção da casa e a mãe responsável pela educação e moralização da família, a criança era vista como o futuro cidadão e para isso era preciso ser educado moralmente, fisicamente e nas ciências. As classes populares também seriam instruídas através dos médicos a seguirem esse modelo, porém com objetivos diferentes, a mulher, despenhando o papel da esposa, teria a responsabilidade de controlar o esposo, evitando que ele se desvie nos vícios, mantendo-o num modelo de trabalhador, e no papel da mãe seria responsável pela educação dos filhos para que eles se tornassem os futuros trabalhadores. (DONZELOT, 2001)

Dentro do discurso higienista a infância também foi dividida. Acreditava-se que a infância burguesa precisava de proteção integral, ocupando espaços limitados para se ter um desenvolvimento psicológico, corporal e espiritual (moral), que era construída em cima de uma vigilância total por parte dos pais e dos educadores. No caso da infância popular a maior preocupação era o abandono e a ocupação das crianças nas ruas, que era considerado um meio perigoso que corrompia os indivíduos, com isso se desenvolveu técnicas de educação que limitava os espaços, tendo a família e a escola como as principais instituições de controle dessas crianças. (DONZELOT, 2001)

A família passa a ser um instrumento do governo, que utiliza essa instituição para difundir discursos morais e normas sociais, todos que saíam desse padrão eram considerados anormais, essa instituição passa a ser um instrumento e controle dos indivíduos. Os médicos irão entrar na família através da saúde, com o risco da mortalidade e de doenças graves há uma aproximação do médico com as mães, formalizando práticas e discursos que irão definir um modelo ideal de família e de criança. (DONZELOT, 2001)

Ocorreu um processo semelhante no Brasil no início do século XX com a influência do movimento médico-higienista Gondra (2000, 2015), nos seus diversos trabalhos, Rago (1985), no seu livro *Do cabaré ao lar* e, Costa (2004) com o livro *Norma Médica e Norma Familiar*, irão comentar como o movimento higienista iniciou na sociedade brasileira e começou a ganhar uma importância dentro do governo e das famílias, influenciando os comportamentos e os discursos da época.

Rago (1985) considera que as fabricas foram utilizadas como mecanismo de

controle e de produção de corpos dóceis, era uma instituição disciplinadora, a família também seguia esse modelo. As fabricas, que eram consideradas um instrumento de controle, foram utilizadas para conter revoltas entre as classes trabalhadoras, tendo a teoria higienista como a principal influência desse processo propondo um modelo de fábrica higiênica, onde se protegia os funcionários ao mesmo tempo que os controlava. Além das fabricas os discursos higienistas também chegaram as famílias, através da figura do médico de família. O modelo familiar burguês foi imposto a classe trabalhadora juntamente com uma moral com o objetivo de controle e normalização. “A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.” (RAGO, 1985, p. 61).

O modelo de mulher também foi redefinido a partir de uma lógica de controle, estando relacionado a criação do mito do amor materno, definiu que a mulher era “naturalmente” esposa e mãe, seria a responsável por manter a sua casa em ordem e a sua família dentro de uma moral elitista. As crianças eram vistas na sua condição de vim a ser, para os filhos das elites brasileiras, as crianças eram vistas como o futuro da nação brasileira, responsáveis para manter os ideais republicanos, era preciso uma educação que desenvolvessem todo o potencial desses indivíduos. Os filhos das classes trabalhadoras eram os futuros empregados, a mão de obra necessária para desenvolver o país, entretanto estavam em perigo pela influência do meio social de virem a ser os futuros marginais, por isso que era preciso uma educação que controlasse e fabricasse corpos dóceis e disciplinados, ao contrário teriam menores que eram considerados um problema social (RAGO, 1985)

Os espaços populares e as famílias pobres eram considerados ambientes de corrupção moral e de má influência, o governo tinha uma preocupação com os cortiços nas grandes cidades, que eram considerados um ambiente propício a desenvolver doenças físicas e morais. Outra crença, difundida entre os higienistas, era que os pobres tinham uma índole má que era transmitida através da herança genética e do leite materno.

As famílias eram consideradas incapazes de cuidar de seus filhos, pois não tinham uma instrução e nem conhecimentos adequados, as crianças das classes populares eram consideradas moralmente abandonadas, por não terem uma educação que seguia a moral considerada a correta e, fisicamente abandonadas porque as famílias não tinham condições financeira, de moradia e acesso a direitos básicos para criá-las segundo o padrão considerado adequado. Por esses motivos considerou necessária uma intervenção nas famílias e também a institucionalização da infância. A intervenção nas famílias ocorria com programas de assistência, cursos e orientações médicas.

Através dos médicos e também de alguns educadores, começou a ser produzir saberes sobre as crianças e a educação com o objetivo de ensinar as famílias, difundindo um padrão e um discurso sobre a infância. Voltadas para a elite teve uma

produção de revistas direcionadas as mães, influenciada pelo contexto europeu, difundindo um modelo de ser mulher e também, de ser filho e de ser criança que chegava até as famílias das classes mais baixas.

Moruzzi (2017) irá considerar que esse movimento higienista produziu discursos e saberes sobre a criança, sobre a sua sexualidade e sobre a infância e, considerando que a infância é uma construção que foi realizada através das relações de poderes e saberes ela conclui que a infância também é um dispositivo do poder que produz práticas pedagógicas e médicas para o controle e a disciplina do corpo dos indivíduos.

Se a infância é uma invenção, uma fabricação da modernidade, produzida no interior dessa rede complexa de poderes e saberes que constituem diferentes práticas, entre elas as pedagógicas e as médicas, e ainda, se essa invenção possui algumas funções estratégicas, é possível compreender que infância, tal como a sexualidade, é também um dispositivo histórico do poder. (MORUZZI, 2017, p. 286)

[...] a criança se torna um dos grupos estratégicos do dispositivo da sexualidade, produz-se sobre ela um conjunto heterogêneo de regimes de verdades e práticas o qual configura uma maneira de ser-e-ter uma infância, influiu significativamente nas perspectivas pedagógicas modernas. Ou seja, o artigo procurou elucidar que o processo de pedagogização do sexo das crianças envolve diferentes práticas que se inscrevem no corpo, do corpo individual ao corpo espécie. (MORUZZI, 2017, p. 297)

Essas características do dispositivo são apresentadas por meio de diferentes práticas que compuseram a infância moderna, tais como: as práticas pedagógicas, as práticas divisórias e identitárias de gênero e de sexualidade e as práticas médicas. Essas práticas agem no sentido de disciplinar o corpo das crianças, constituindo-as em sujeitos infantis, estabelecem uma pedagogia e uma ciência da infância, regulamentam e normalizam a população infantil no interior de um regime de verdade sobre a infância, ocupando-se estrategicamente da preservação dessa outra espécie: a criança. (MORUZZI, 2017, p.298)

O conceito de Dispositivo foi trabalhado por Foucault ao longo da sua obra relacionado ao estudo do poder. Segundo Revel (2005) inicialmente designava operadores do poder, as técnicas, os saberes, as formas que as relações de poderes operam. Os dispositivos envolvem o dito e o não dito, as práticas e os saberes. Foucault (2009) define os dispositivos da seguinte forma:

[...] demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, [...] entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferente. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2009, p. 138-139).

Deleuze (1996) utiliza uma comparação com novelo composto por diversas linhas que se aproximam e se afastam, os sujeitos seriam os vetores dessas

linhas, essas podem ser de sedimentação ou de fissura. Segundo esse autor os dispositivos aparecem na obra de Foucault para a discussão dos saberes, poderes e da subjetividade, que seriam cadeias variáveis que se relacionam entre si. Segundo Deleuze (1996) cada dispositivo é uma multiplicidade de devires.

Os dispositivos têm as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação, essas duas linhas juntas fazem do dispositivo máquinas de fazer ver e de fazer falar. Junta a essas curvas também se tem as linhas de forças operando no dispositivo, são elas as responsáveis em produzir as relações de poder. Existem também as linhas de objetivação que “[...] quando a força, no lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta para si mesma, exerce-se sobre si mesma ou afeta-se a si mesma” (DELEUZE, 1996, p. 156) A subjetivação seria uma linha de fuga agindo sobre a individuação, seria uma linha de fratura. (DELEUZE, 1996)

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de desubjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fratura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar umas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento. (DELEUZE, 1996, p. 157)

Em relação ao dispositivo do aprisionamento Foucault comenta:

[...] Tomemos o exemplo do aprisionamento, dispositivo que fez com que em determinado momento as medidas de detenção tivessem aparecido como o instrumento mais eficaz, mais racional que se podia aplicar ao fenômeno da criminalidade. O que isto produziu? Um efeito que não estava de modo algum previsto de antemão, que nada tinha a ver com uma astúcia estratégica produzida por uma figura meta ou trans-histórica que o teria percebido e desejado. Este efeito foi a constituição de um meio delinqüente, muito diferente daquela espécie de viveiro de práticas e indivíduos ilegalistas que se podia encontrar na sociedade setecentista. O que aconteceu? A prisão funcionou como filtro, concentração, profissionalização, isolamento de um meio delinqüente. A partir mais ou menos de 1830, assiste-se a uma reutilização imediata deste efeito involuntário e negativo em uma nova estratégia, que de certa forma ocupou o espaço vazio ou transformou o negativo em positivo: o meio delinqüente passou a ser reutilizado com finalidades políticas e econômicas diversas (como a extração de um lucro do prazer, com a organização da prostituição). E isto que chamo de preenchimento estratégico do dispositivo. (FOUCAULT, 2009, p. 139)

O dispositivo do aprisionamento, segundo Foucault (2009), está relacionado a questão de aprisionar a criminalidade, utilizando as instituições como instrumento para separar os indivíduos indesejados, considerados anormais, com o objetivo de controlar e disciplinar o indivíduo. No Brasil no início do século XX houve um processo de construção de conhecimentos, saberes e técnicas, discursos, estudos acadêmicos, e juntamente a esse sistema houve também formulação de instituições que seguiam essas normas, instituições de correção e de educação para os menores. Esse processo é desencadeado com a visibilidade e a criminalização dos menores, no início do século XX, as crianças nas ruas começaram a serem vistas como um problema social, que precisava ser corrigido, operando a linha da visibilidade, da enunciação e da força sobre esses indivíduos, produzindo regimes de verdades,

discursos e práticas. A linha da subjetividade opera sobre essas crianças ao trazer a identidade de menores, de situação irregular, para esses indivíduos, a linha de fuga se apresenta nas resistências dessas crianças, ao fugirem, ao não aceitarem as normas e se colocarem contra esse processo.

O dispositivo do aprisionamento esteve presente até 1990, influenciou a doutrina do Menor na construção do Código de Menores de 1927 e do SAM (Sistema de Assistência Menor) em 1944, e também a criação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor) em 1964 e posteriormente o Código de Menores de 1927 juntamente com a PNBEM (Política Nacional do Bem-Estar ao Menor) que oficializa a doutrina da situação irregular do menor. Essas políticas públicas tiveram em comum a criminalização das crianças que estavam fora do ideal, do padrão e da infância da burguesa, também tivemos a prática da institucionalização dessas crianças na tentativa de educar, disciplinar e controlar as crianças.

O dispositivo da infância ganhou mais força e visibilidade com os movimentos sociais do fim da década de 1980 e início do século de 1990 em favor dos direitos das crianças, considerando todas as crianças iguais e cidadãos participantes da sociedade. Nesse movimento o dispositivo do aprisionamento perde visibilidade e força, o conceito de menor é invisibilizado nos meios que estudam e trabalham a infância, entretanto nos meios que atuam com a infância em perigo e institucionalizada e no senso comum o conceito menor continua presente.

REFLEXÕES

No início do século XX tivemos dois dispositivos operando as relações de poder que envolviam as crianças. O dispositivo da infância estava ligado ao conceito de criança, referente as crianças ricas, considerava que precisavam de uma proteção, tiveram uma educação pensada para desenvolver um cidadão do futuro da nação. Houve uma produção de saberes, de práticas pedagógicas, médicas e também a família se estruturou seguindo os discursos sobre a infância. Em paralelo a esse cenário temos o dispositivo do aprisionamento agindo sobre as crianças de rua, consideradas perigosas. Esse dispositivo criou práticas e discursos criminalizando esses indivíduos e institucionalizando-os com o objetivo de disciplinar os corpos e terem trabalhadores dóceis. O que ajudou nesse processo foi a opinião pública que trazia a visibilidade para os menores, considerando-os perigosos. Segundo o teorema de Thomas, “ se um evento é definido como real (independentemente de sua existência) suas consequências são reais” (MENDEZ, 1993, p. 239)

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um resultado dos movimentos sociais, mas também é um discurso legal do dispositivo da infância, que regula um jeito de ser criança e oficializa um conceito de infância, ou seja, ser criança é ter um momento lúdico, é ter educação escolarizada, e não trabalhar, é ter uma família (dentro de um modelo), entre outros critérios. Esse documento também

retira do discurso oficial a palavra menor, dando a sensação de que não existe mais menores, de que não existe mais crianças nas ruas, crianças trabalhadoras, pois todas as crianças são iguais. Com esse processo de padronização das crianças e das infâncias o que sai fora desse padrão, dessa norma, acaba não sendo considerado criança, antes era visto como menor, hoje não se tem nenhum discurso legal sobre essas crianças. Sarmiento e Marchi (2008) irão formular um conceito o de “não-criança”:

Assim, a distância abissal que separa uma criança em “situação de rua” da possibilidade efectiva de viver sua infância tal qual a entendem, por exemplo, os órgãos internacionais de sua „defesa” (e.g., a UNICEF) sinaliza um dos maiores paradoxos com o qual nos deparamos na actualidade em relação à ideia de realização da infância: a produção da “norma da infância” gera a “não-criança”, o sujeito „menor de idade”, a quem o tempo e o espaço social da infância têm sido historicamente negados. [...]

Pode-se dizer que a criança “de rua” é vista como um “problema social” não somente pelos transtornos que ela pode causar (e às vezes efectivamente causa) à “ordem” urbana, mas também, e talvez principalmente, porque, ao escapar à sua categorização social, ela se coloca como problema hermenêutico. Por estarem fora das instituições responsáveis por sua “socialização”, estas crianças não têm seu reconhecimento e enquadramento na modernidade como propriamente “crianças”: não se “comportam” como tais nem estão submetidas às instituições que de sua educação deveriam se encarregar. Mas ninguém se atreveria também a dizer que são “adultos”, o que faz destes indivíduos uma indefinição social a que o senso comum resolveu denominar de “monstros”. Nem criança nem adulto, a criança “de rua” é, para o senso comum, uma aberração. Sendo “ainda” criança, comporta-se já como um “adulto”: usa drogas, faz sexo, trabalha ou pratica actos delinquentes, vive independente do controlo adulto. Assim, a criança “de rua” não se enquadra na definição moderna de “criança”: para o senso comum, ela não é “amável” (susceptível de ser amada), ela não é “educável”, ela não segue as regras sociais que dirigem a infância normatizada. (SARMENTO, MARCHI, 2008, p. 11)

Os conceitos de dispositivos, de discursos e regimes de verdades desenvolvidos pela filosofia pós-estruturalista, nos fornecem ferramentas, nos auxiliam a compreender as relações de poderes que envolvem os processos educativos e também as políticas públicas que objetivam as crianças, com o objetivo de questionar o que está colocado como natural e como verdades universais procurando o que é múltiplo.

REFERÊNCIA

ARIÈS, Phillippe. A História Social da Criança e da Família. LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A: Rio de Janeiro, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2004.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1996, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>. Acessado em 07/03/2017.

DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias. traduzido por M. T. da Costa Albuquerque ; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ : Graal, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência e Barbárie – O extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil. In.: RIZZINI, Irene (org.). A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro, RJ : EDUSU, 1993.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GONDRA, José G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.1, p.99-117, jan./jun. 2000.

GONDRA, José G. Estropiados, tarados, imbecis, loucos, criminosos e incapazes: o processo de normalização da casa e da escola em questão. In: Resende, H. Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 (Col. Estudos Foucaultianos).

MORUZZI, Andrea Braga. A infância como um dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 22, n. 2, p. 279-299, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/4086/pdf>. Acessado em: 25/03/2017.

RAGO, Luiza Margareth. Do Cabaré ao Lar - A utopia da Cidade Disciplinar, Brasil: 1890 - 1930. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 1985.

REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani - São Carlos: Claraluz, 2005.

RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco (org). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. 4.ed. São Paulo. Contexto. 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita de Cássia, « Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica », Configurações[Online], 4 | 2008, posto online no dia 12 Fevereiro 2012, consultado o 09 Janeiro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/configuracoes/498> ; DOI : 10.4000/configuracoes.498

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 62, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 88

Alteridade 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 69, 109, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Amor 27, 30, 32, 45, 55, 92, 111, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Astronomia 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21

Ateliê Conatus 87

C

Comando 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119

Cotidianos 42, 47, 48, 51, 53, 57, 60, 97

Crianças 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 98

Currículos 42, 47, 48, 51, 53, 54, 57, 60

D

Descobrimento 22

Didática 20, 22, 56

Discurso De Ódio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

E

Educação 13, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 67, 70, 74, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 151, 153

Errância 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 53, 60

Escrileituras 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94

Esperança 14, 20, 40, 41, 43, 44, 57, 74, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108

Estado 12, 14, 21, 34, 36, 37, 40, 41, 44, 53, 54, 61, 78, 81, 87, 89, 97, 99, 100, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 126, 142, 150

Ética 21, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 50, 51, 92, 94, 95, 96, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Ético 30, 49, 109, 110, 115, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 131, 137, 138, 139, 140

Existência Humana 11, 13, 17, 18, 79, 123

Experiência 16, 24, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 68, 71, 72, 73, 74, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 98, 132, 133, 136, 139, 140, 147, 148, 149, 151

F

Favela 96, 98

Fenomenologia 83, 84, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Filosofia 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 74, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 102, 106, 109, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 150

Filosofia Com Crianças 34, 37, 39

I

Indústria Cultural 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152

Infância 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 53, 60, 80, 84

Infinito 32, 106, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 130, 135, 137, 138, 139, 140

Interdisciplinaridade 6, 11, 14, 17, 20

J

Justiça 81, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129

L

Lévinas 24, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 140

liberdade 18, 34, 40, 42, 44, 59, 68, 72, 92, 94, 101, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 150

Liberdade 44, 57, 108, 130

M

Medo 18, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 56, 60, 65, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 146

N

Novas Mídias 142, 143, 149

O

ONG 7, 96, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 108

P

Poesia 57, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Política 13, 24, 28, 30, 98, 102, 114, 118, 142, 146, 150, 151

S

Subjetividade 25, 28, 29, 49, 61, 82, 83, 85, 96, 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122,

123, 124, 125, 130

T

Transcendência 110, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 135, 140

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-683-6

